

MESA DIRETORA

JALSER RENIER PADILHA - PRESIDENTE

CORONEL CHAGAS
1ª VICE-PRESIDENTE

NALDO DA LOTERIA
1º SECRETÁRIO

DHIEGO COELHO
3º SECRETÁRIO

JÂNIO XINGÚ
2º VICE-PRESIDENTE

MARCELO CABRAL
2º SECRETÁRIO

IZAIAS MAIA
4º SECRETÁRIO

FRANCISCO MOZART
3º VICE-PRESIDENTE

MASAMY EDA
CORREGEDOR GERAL

JORGE EVERTON
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final:

Deputado George Melo – PSDC;
Deputado Jorge Everton – PMDB;
Deputado Coronel Chagas – PRTB;
Deputada Lenir Rodrigues – PPS;
Deputado Brito Bezerra – PP;
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB; e
Deputado Mecias de Jesus – PRB.

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos:

Deputado Jorge Everton – PMDB;
Deputado Soldado Sampaio – PC do B;
Deputado Valdenir Ferreira – PV;
Deputado Coronel Chagas – PRTB; e
Deputado Odilon Filho – PEM.

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde:

Deputada Lenir Rodrigues – PPS;
Deputado Evangelista Siqueira – PT;
Deputado Massamy Eda – PMDB;
Deputado Chico Mozart – PRP; e
Deputado Mecias de Jesus – PRB.

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso:

Deputado Chicão da Silveira – S/P;
Deputado Evangelista Siqueira – PT;
Deputado Naldo da Loteria – PSB;
Deputada Chico Mozart – PRP;
Deputado Zé Galeto – PRP.

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL:

Deputado Dhiego Coelho – PSL;
Deputado Chico Guerra – PROS;
Deputado Jorge Everton – PMDB;
Deputado Odilon Filho – PEM; e
Deputado Soldado Sampaio – PC do B.

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas:

Deputado Mecias de Jesus – PRB;
Deputado Jânio Xingu – PSL;
Deputado Marcelo Cabral – PMDB;
Deputado Naldo da Loteria – PSB; e
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB.

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural:

Deputado Zé Galeto – PRP;
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB;
Deputado Marcelo Cabral – PMDB;
Deputado George Melo – PSDC; e
Deputado Gabriel Picanço – PRB.

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra – PP;
Deputado Valdenir Ferreira – PV;
Deputado Jânio Xingu – PSL;
Deputado Zé Galeto – PRP; e
Deputado Izaias Maia – S/P.

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle:

Deputado Coronel Chagas – PRTB;
Deputado Marcelo Cabral – PMDB;
Deputado Jânio Xingu – PSL;
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB;
Deputado Izaias Maia – S/P;
Zé Galeto – PRP; e
Deputado Soldado Sampaio – PC do B.

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias:

Deputado Chico Guerra – PROS;
Deputado Izaias Maia – S/P;
Deputado Dhiego Coelho – PSL;
Deputado Soldado Sampaio – PC do B; e
Deputada Lenir Rodrigues – PPS.

Comissão de Viação, Transportes e Obras:

Deputado Massamy Eda – PMDB;
Deputado Jorge Everton – PMDB;
Deputado Chicão da Silveira – S/P;
Deputado Ângela Águida Portella – PSC; e
Deputado Naldo da Loteria – PSB

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e Ação Social:

Deputada Ângela Águida Portella – PSC;
Deputado Odilon Filho – PEM;
Deputado Brito Bezerra – PP;
Deputada Lenir Rodrigues – PPS; e
Deputado Massamy Eda – PMDB.

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

Deputado Gabriel Picanço – PRB;
Deputado Massamy Eda – PMDB;
Deputado George Melo – PSDC;
Deputado Jânio Xingu – PSL; e
Deputado Brito Bezerra – PP

Comissão de Ética Parlamentar:

Deputado Marcelo Cabral – PMDB;
Deputado Mecias de Jesus – PRB;
Deputado George Melo – PSDC;
Deputado Naldo da Loteria – PSB; e
Deputado Izaias Maia – S/P.
Suplentes:
1º - Deputado Chico Guerra – PROS; e
2º - Deputado Chicão da Silveira – S/P.

Comissão de Defesa do Consumidor:

Deputado Chico Mozart – PRP;
Deputado Odilon Filho – PEM;
Deputado Chicão da Silveira – S/P;
Deputado Coronel Chagas – PRTB; e
Deputado Evangelista Siqueira – PT.

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR

Telefone: (95) 3623-6665 | (95) 4009-5584

E-mail: docgeralale@gmail.com

DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS

Gerente de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA

Diagramação

Atos Administrativos

- Resoluções 202 a 216/2016 - DGP 02
- Resoluções Administrativas nº 057 e 058/2016 04

Atas Plenárias

- Ata da 2485ª Sessão Ordinária - Íntegra 04
- Ata da 2486ª Sessão Ordinária - Íntegra 11

ATOS ADMINISTRATIVOS
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS - RESOLUÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 0202/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora **Ana Celia de Oliveira Paz**, matrícula 18017, a partir de 01 de março de 2016, do Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar III, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a RESOLUÇÃO Nº 009/2011, de 22 de julho de 2011, publicada no Diário da ALE nº 1150 de 26.07.2011.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de março de 2016.

Palácio Antônio Martins, 15 de abril de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 0203/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Ana Celia de Oliveira Paz, a partir de 01 de março de 2016, para exercer cargo comissionado de Assistente Parlamentar II, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a RESOLUÇÃO Nº 009/2011, de 22 de julho de 2011, publicada no Diário da ALE nº 1150 de 26.07.2011.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de março de 2016.

Palácio Antônio Martins, 15 de abril de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 0204/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora **Ana Iris Almeida de Oliveira**, matrícula 17186, a partir de 01 de março de 2016, do Cargo Comissionado de Assistente Especial I MD, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a RESOLUÇÃO Nº 009/2011, de 22 de julho de 2011, publicada no Diário da ALE nº 1150 de 26.07.2011.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de março de 2016.

Palácio Antônio Martins, 15 de abril de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 0205/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Ana Iris Almeida de Oliveira, a partir de 01 de março de 2016, para exercer cargo comissionado de Assessor Parlamentar III, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a RESOLUÇÃO Nº 009/2011, de 22

de julho de 2011, publicada no Diário da ALE nº 1150 de 26.07.2011.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de março de 2016.

Palácio Antônio Martins, 15 de abril de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 0206/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Geane Vital Davi, a partir de 01 de março de 2016, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de FS1 – Auxiliar Parlamentar, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a RESOLUÇÃO Nº 013/2012, de 04 de janeiro de 2013, publicada no Diário da ALE nº 1490 de 04.01.2013.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de março de 2016.

Palácio Antônio Martins, 15 de abril de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 0206/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Geane Vital Davi, a partir de 01 de março de 2016, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de FS1 – Auxiliar Parlamentar, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a RESOLUÇÃO Nº 013/2012, de 04 de janeiro de 2013, publicada no Diário da ALE nº 1490 de 04.01.2013.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de março de 2016.

Palácio Antônio Martins, 15 de abril de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 0207/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Geiciane da Silva Batista, a partir de 01 de março de 2016, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de FS4 – Secretário Parlamentar, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a RESOLUÇÃO Nº 013/2012, de 04 de janeiro de 2013, publicada no Diário da ALE nº 1490 de 04.01.2013.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de março de 2016.

Palácio Antônio Martins, 15 de abril de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 0208/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora Ana Meires Pereira de Castro, matrícula 16326, a partir de 01 de março de 2016, do Cargo Comissionado em Gabinete de FS1 - Auxiliar Parlamentar, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a RESOLUÇÃO Nº 013/2012, de 04 de janeiro de 2013, publicada no Diário da ALE nº 1490 de 04.01.2013.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de março de 2016.

Palácio Antônio Martins, 15 de abril de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha
Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva
1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo
2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 0209/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Ana Meires Pereira de Castro, a partir de 01 de março de 2016, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de FS4 – Secretário Parlamentar, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a RESOLUÇÃO Nº 013/2012, de 04 de janeiro de 2013, publicada no Diário da ALE nº 1490 de 04.01.2013.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de março de 2016.

Palácio Antônio Martins, 15 de abril de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha
Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva
1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo
2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 0210/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora Andreia Barreto de Melo, matrícula 8229, a partir de 01 de março de 2016, do Cargo Comissionado de Auxiliar Parlamentar V, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a RESOLUÇÃO Nº 009/2011, de 22 de julho de 2011, publicada no Diário da ALE nº 1150 de 26.07.2011.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de março de 2016.

Palácio Antônio Martins, 15 de abril de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha
Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva
1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo
2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 0211/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Andreia Barreto de Melo, a partir de 01 de março de 2016, para exercer cargo comissionado de Assistente Parlamentar IV, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a RESOLUÇÃO Nº 009/2011, de 22 de julho de 2011, publicada no Diário da ALE nº 1150 de 26.07.2011.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de março de 2016.

Palácio Antônio Martins, 15 de abril de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha
Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva
1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo
2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 0212/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora Annie Barbosa Souza, matrícula 18018, a partir de 01 de março de 2016, do Cargo Comissionado de Assistente Parlamentar I, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a RESOLUÇÃO Nº 009/2011, de 22 de julho de 2011, publicada no Diário da ALE nº 1150 de 26.07.2011.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de março de 2016.

Palácio Antônio Martins, 15 de abril de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha
Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva
1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo
2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 0213/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Annie Barbosa Souza, a partir de 01 de março de 2016, para exercer cargo comissionado de Assistente Parlamentar III, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a RESOLUÇÃO Nº 009/2011, de 22 de julho de 2011, publicada no Diário da ALE nº 1150 de 26.07.2011.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de março de 2016.

Palácio Antônio Martins, 15 de abril de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha
Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva
1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo
2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 0214/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Jose de Alcantara Leite, a partir de 01 de março de 2016, para exercer cargo comissionado de Assistente Parlamentar III, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a RESOLUÇÃO Nº 009/2011, de 22 de julho de 2011, publicada no Diário da ALE nº 1150 de 26.07.2011.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de março de 2016.

Palácio Antônio Martins, 15 de abril de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha
Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva
1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo
2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 0215/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Magnum Ramom Tomaz Emiliano, a partir de 01 de março de 2016, para exercer cargo comissionado de Assistente Parlamentar IV, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a RESOLUÇÃO Nº 009/2011, de 22 de julho de 2011, publicada no Diário da ALE nº 1150 de 26.07.2011.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação,

retroagindo seus efeitos a partir de 01 de março de 2016.

Palácio Antônio Martins, 15 de abril de 2016.

Deputado Jalsler Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 0216/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor **Ize Mourão de Souza**, matrícula 17864, a partir de 29 de fevereiro de 2016, do Cargo Comissionado de Auxiliar Especial I MD, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a RESOLUÇÃO Nº 009/2011, de 22 de julho de 2011, publicada no Diário da ALE nº 1150 de 26.07.2011.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 29 de fevereiro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 15 de abril de 2016.

Deputado Jalsler Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS

RESOLUÇÃO Nº 057/2016

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

Art. 1º Conceder ponto facultativo no dia 22.04.2016, aos servidores deste Poder.

Art. 2º Os trabalhos serão retomados no dia 25.04.2016 a partir das 07h30min.

Palácio Antônio Martins, 15 de Abril de 2016

Deputado JALSER RENIER PADILHA

Presidente

Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA

1º Secretário

Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 058/2016

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento da servidora **AMARILES SANTOS DE MENEZES**, para viajar com destino a cidade de Manaus-AM no período de 09.05 a 18.05.2016, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às atividades funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 15 de Abril de 2016

Deputado JALSER RENIER PADILHA

Presidente

Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA

1º Secretário

Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO

2º Secretário

ATAS PLENÁRIAS - ÍNTEGRA

ATA DA 2485ª SESSÃO, EM 22 DE MARÇO DE 2016.

51º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.

=ORDINÁRIA=

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JALSER RENIER.

Às nove horas do dia vinte e dois de março de dois mil e dezesseis, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quadringentésima octogésima quinta Sessão Ordinária do quinquagésimo primeiro Período Legislativo da sétima Legislatura

da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Senhor Presidente, há quórum para abertura dos trabalhos.

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Convido a Senhora Deputada Lenir Rodrigues para atuar como Segunda-Secretária *ad hoc*.

Solicito à Senhora Segunda-Secretária que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

A Senhora Segunda-Secretária **Lenir Rodrigues** – Lida a Ata.

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** – Em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** - Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:

Ofício nº 456, de 16/03/16, do Secretário-Chefe da Casa Civil, solicitando cópia dos Projetos acompanhados de Atas e Publicações.

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

Projeto de Lei s/nº, de 17/03/16, do Deputado Evangelista Siqueira, que promove a nomeação da Escola Estadual do Residencial Vila Jardim, no Bairro Cidade Satélite, município de Boa Vista.

Indicação s/nº, de 21/03/16, do Deputado Chicão da Silveira ao Secretário de Infraestrutura do Estado, para construção da ponte sobre o Igarapé do Araçá, Vicinal Raimundo Baixinho, Região dos Prazeres, município de Alto Alegre.

Requerimento s/nº, de 17/03/16, do Deputado Jânio Xingú, para realização de Audiência Pública a fim de discutir sobre o Sistema Prisional do Estado.

Memorando nº 005, de 17/03/16, da Deputada Angela Águida Portella, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 17 de março do corrente ano.

Memorando nº 008, de 16/03/16, do Deputado Chicão da Silveira, justificando sua ausência na sessão plenária do dia 17 de março do corrente ano.

DIVERSOS:

Ofício nº 012, de 01/03/16, do Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social de Roraima - COGEMAS, convidando a participar do Encontro Regional do Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social da Região Norte, que acontecerá nos dias 23 e 24 do corrente mês, às 9h, no Auditório da Faculdade Cathedral.

Ofício nº 021, de 03/03/16, do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS - ao Presidente desta Casa Legislativa, solicitando reunião, a ser agendada, para tratar de assuntos de interesse do Conselho.

Ofício nº 044, de 21/03/16, do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado de Roraima - SINDAPE, informando desvio de conduta, postura inadequada e inoportuna de policial militar contra o Senhor Deputado Jânio Xingú e servidores da Penitenciária Agrícola do Monte Cristo – PAMC.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** – Existem três oradores inscritos para o Grande Expediente, portanto 20 minutos para cada Parlamentar. Pela ordem o Deputado Sampaio com o tempo de 20 minutos.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Bom-dia a todos aqui presentes. Quero cumprimentar o Presidente, Deputado Jalsler, os membros da Mesa, Senhoras e Senhores Deputados, Servidores desta Casa, o grupo de professores que se fazem presente em mais uma luta em defesa da categoria.

Senhor Presidente, eu uso a tribuna na data de hoje para deixar mais cristalino do que nunca o lado que eu estou. Independente do momento do cenário político, este Deputado, pela sua origem de luta, pelo partido ao qual pertence, está do lado do trabalhador. Este é meu posicionamento. Quero reafirmar que neste movimento, hoje, deflagrado pelos trabalhadores da Segurança Pública, eu

tenho lado. E o meu lado é dos trabalhadores, dos Policiais Civis, dos Agentes Penitenciários e dos Policiais e Bombeiros Militares. Mesmo fazendo parte da base do Governo, vou sentar ao lado dos trabalhadores no encaminhamento das demandas. Tenho consciência do meu papel nessa articulação. E assim tenho feito. Tenho buscado junto à Segurança Pública, à Governadora, à Casa Civil o diálogo, o entendimento, inclusive, pelas condições em que assumimos o Governo no ano passado pelo caos financeiro, pelo endividamento, pela falta de estrutura. Fui o primeiro a pedir a compreensão dos policiais, dos bombeiros, das entidades, para que tivessem um pouco de paciência com a atual gestão. E assim o fizemos. Passamos 12 meses aguardando na expectativa que nós pudéssemos começar 2016 com o pé direito. Coisa que não vem ocorrendo, pelo contrário. E, hoje, podemos afirmar de maneira categórica, que se instalou o caos na Segurança Pública. E precisamos de uma solução concreta e imediata. Mas não só uma solução de trocar seis por meia dúzia é uma solução de gestão. Conversamos com os trabalhadores da segurança pública, não é algo tão fácil de ser resolvido. Não teremos uma resposta de imediato, mas precisamos dar o pontapé inicial. E o pontapé inicial é conversando com os trabalhadores da Segurança Pública. E quem está na ponta da lança é o soldado, o cabo, o agente, a Polícia Civil e o Agente Penitenciário. E, acima de tudo, uma determinação por parte do Governo para que haja um comando único, e dentro da Segurança Pública uma integração entre suas forças e, principalmente, que se fale a mesma língua. Infelizmente, isso não vem ocorrendo há muito tempo. Nós temos um Secretário de Segurança em que, tempos atrás, eu ouvi aqui da tribuna, no mesmo sentido que diz que o Secretário de Segurança não tinha força. Independente de quem seja o nome, seja um general, um marechal, um delegado, um membro da OAB, a estrutura que está aí não permite que o Secretário de Segurança tenha comando. Ele é simplesmente uma figura, como foi chamada a Rainha da Inglaterra, não comanda, não manda. E não é diferente com o atual secretário também, com todo um currículo que ele tem, mas ao pisar em Roraima ele disse você não vai dar certo aqui. Primeiro, porque você já está cansado. A gente sentia no semblante dele. Segundo, de fato, não consegue avançar. Seja quem for. Os moldes que estão aí, me parece que a secretária simplesmente ficou numa pasta para tentar fazer projetos junto à SENASPE. Não tem voz de comando sobre o Delegado-Geral, sobre a Polícia Militar, sobre o Corpo de Bombeiros e o DETRAN. Então, é preciso, de imediato, haver uma mudança concreta no perfil do Secretário de Segurança. E, acima de tudo, uma reforma, centralizando o comando único para o Secretário de Segurança. Que ele consiga ser um agente que possa agregar Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil, Agente Penitenciário, como um todo, que tenha um foco, uma meta. Hoje, infelizmente, cada corporação é uma ilha, fala uma língua diferente. E o resultado está aí: a insegurança total do sistema penitenciário, a Polícia Civil desestimulada, sem estrutura. E abre espaço para aqueles que não querem produzir e nem trabalhar, cruzam os braços, desestimula aquele que quer trabalhar, devido não ter condições, e nem o devido respeito.

E aí Senhoras e Senhores, não é diferente no sistema penitenciário. É um enxuga gelo. A estrutura da penitenciária hoje é a pior possível. A gestão da penitenciária hoje é um faz de conta. Não há um diálogo. Não há um entendimento nem uma política clara dentro do sistema prisional. E aí ocorrem fugas e mais fugas, crises e mais crises. E eu pergunto: qual a proposta clara que nós temos no sistema penitenciário? Qual o papel do Secretário da SEJUC neste momento? Até então, nenhum. Aliás, nem dá satisfação à sociedade do que ele faz. Parece que ele só quer a parte boa da SEJUC e jogou para terceiros o sistema penitenciário de nosso Estado. Deputado Xingu, é lamentável, pois quem está à frente do sistema penitenciário não tem o mínimo perfil para comandar hoje essa secretaria.

Eu já disse e vou repetir com todas as letras para a Governadora Suely Campos: Retire o Secretário de Segurança, ele não tem perfil para conduzir aquela pasta. É meu amigo, é gente boa, mas não tem perfil. E está um desespero total, Deputado Xingu, é o subsecretário, é o chefe penitenciário, é uma meia dúzia de pessoas querendo mostrar serviço no dia a dia e não chega a lugar nenhum. Nós temos visto dezenas e dezenas de fugas e vão continuar fugindo! Os agentes penitenciários vão estar desprotegidos, sem estímulo. E ficam tentando achar milagres. E aí, Senhoras e Senhores, isso recai sobre a Polícia Militar.

Recentemente conversei com o Comandante da Polícia Militar e pedi para ele parar, centrar fogo, e focar no seu policiamento

comunitário. A Polícia Civil não avança porque uma meia dúzia de delegados não querem trabalhar. Essa é a verdade. E se quiser, não tem estrutura nenhuma. A verdade é essa também. As delegacias estão caindo na cabeça dos Policiais Civis, sem estrutura nenhuma. Os agentes já fizeram de tudo para produzir e não conseguem porque não tem estrutura. Esse caos da Polícia Civil, dos agentes penitenciários recai sobre a PM. Aí, chamam a PM para tomar conta de tudo. A PM hoje não tem estrutura nem para fazer o policiamento ordinário do dia a dia. Imaginem, tomar conta da Penitenciária. Além de outras atribuições que estão sendo dadas à Polícia Militar.

Quero mais uma vez pedir ao Comandante da Polícia Militar, pelo qual tenho admiração e respeito e sei da sua competência, que ele volte o seu foco para o seu policiamento militar, no qual ele é um especialista. Peço à Polícia Militar que volte o foco para o policiamento comunitário. Que ajude a dar as devidas coordenadas à SEJUC, ao sistema penitenciário. Que devolva a penitenciária de imediato para a SEJUC e capacite aqueles agentes para que cuidem do policiamento externo. E a PM não pode assumir essa atribuição, que é desvio de função. E, acima de tudo, não está dando conta. Então, eu quero pedir ao Comandante da Polícia Militar que volte seu foco ao policiamento ordinário, e que a Governadora faça mudanças imediatas na SEJUC, Deputado Xingu. Vossa Excelência esteve lá e conhece a realidade de perto. Bote alguém com um perfil adequado para estar à frente daquela pasta. Eu estou falando isso como membro da base, porque, como diz um adágio popular, o amigo é aquele que avisa, que orienta. E é nessa linha que eu estou me posicionando, como também na Polícia Civil, que está precisando de mudanças imediatas na sua cúpula. Em especial, alguém com coragem para enfrentar o alto clero da Polícia Civil. Estou me referindo à meia dúzia de delegados que foram acostumados a não produzir, a não trabalhar. E, acima de tudo, que tenhamos à frente da Secretaria de Segurança Pública alguém com o perfil de autoridade.

Aí eu quero me reportar a esta Casa, porque nós temos o dever de encaminhar, seja por lei, por PEC, por normas legais para que possamos colocar o Secretário de Segurança para conduzir de fato. Eu quero fazer um apelo especial ao Deputado Coronel Chagas, ao Deputado Jorge Everton, para que possamos nos unir, independente da vontade do Governo, e apresentar uma PEC imediata, responsabilizando e dando a autoridade devida ao Secretário de Segurança para conduzir secretaria. Porque se nós formos esperar por nomes, da forma que está aí, nenhum vai dar conta. Então, peço esse apoio.

E, por último, quero, mais uma vez, cobrar da Governadora providências com relação às nossas indicações que tratam das demandas dos Policiais Civis e Militares. É um compromisso de campanha nosso, meu e da Governadora perante a categoria, em atender as suas demandas. E já se passou quase um ano e meio, e nada avançou. Então, recentemente, Deputado Chagas, a Associação dos Policiais Militares juntamente com os familiares, o Sindicato dos Agentes Penitenciários, Sindicato da Polícia Civil e, com certeza, haverá outras adesões a deflagrar o movimento em conjunto. Pela reestruturação das polícias, pelo comando único, com mudanças no perfil dos gestores, eu me posicionei de maneira clara e quero reafirmar hoje o meu lado, o lado dos trabalhadores da segurança pública, que é o melhor para este Estado. Então, eu peço aqui, humildemente, à bancada governista, ao nosso líder, já pedi audiência com a Governadora para que possamos trazer soluções imediatas. E o primeiro passo é abrir um canal de diálogo ainda esta semana para conversar com essas lideranças. Pelo que eu senti e pelo embasamento que tem essa categoria, não precisam fazer nada, já está parado. É só convencer aqueles camaradas: policiais, agentes, estão fazendo além do seu limite, é cruzar os braços que a segurança para.

Eu concedo um aparte ao Deputado Xingu e em seguida ao Deputado Chagas.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jânio Xingu** – Deputado Sampaio, obrigado pelo aparte. O seu discurso é realmente interessante. Eu protocolei neste poder um requerimento solicitando uma Audiência Pública para discutir o sistema prisional do Estado de Roraima. Estive lá na paralisação com os Agentes Penitenciários e realmente o Secretário de Justiça e Cidadania, está governando uma pasta com conversas infundadas. Quando há uma paralisação, eles chamam o sindicato e dizem: “amanhã vou mandar para o Poder Legislativo. Já falei com o José, com o Antônio, e a alimentação de vocês, está chegando lá para os Deputados votarem, ou a progressão”. Enfim, se passas mais um mês, esgota essa mentira e ele inventa

outra mentira, chama de novo, tem a paralisação, e assim continua. Então o Secretário de Justiça e Cidadania é um contador de história, essa que é a verdade. Mas isso, Deputado Sampaio, é normal em um governo que é partilhado com família; isto é, força da ligação biológica. Você enfraquece quando nomeia um irmão. Eu tenho um irmão e ele imagina que jamais será punido por você; é a sensação de impunidade. É impressionante como vem sendo conduzido o governo. Eu acho que o senhor está dando a sua contribuição de forma larga. O governo até hoje não tem um projeto de governo para discutir com a sociedade, tem as mesmas coisas que fazia o governo anterior. Você vê aí a construção do anexo do Hospital Geral, que é uma obra vinda do governo anterior, não existe uma única obra nova.

Enfim, eu acho que o Poder Legislativo tem que ajudar, mas quando quiser ser ajudado. Existe um ditado que diz o seguinte: Existem três coisas impossíveis de se fazer. Primeiro, fazer crochê com linha de trem; colocar a pasta de volta ao tubo depois de escovar os dentes; comer batom para pintar a boca do estômago e ajudar uma pessoa que não quer ser ajudado.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** continua – Obrigado, Deputado Xingú. Logo concedo o aparte a Vossa Excelência, Deputado Chagas, até pelo o avança do meu tempo, acredito que o presidente será benevolente para que eu possa lhe ouvir com tranquilidade.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Deputado Sampaio, pedi aparte para dizer que concordo, em parte, com o vosso pronunciamento. Começo dizendo que no final de 2014, o ex-governador Neudo me chamou, queria conversar comigo, estive com ele e a conversa foi em torno da eleição da Mesa Diretora. Queria saber a minha opinião e durante a conversa, quando tratamos da questão da segurança, eu disse: Olha, Neudo eu não faço parte da sua base, mas o que eu posso contribuir é dizendo o seguinte: Veja bem, quais são os nomes que vão estar à frente dos órgãos de segurança pública. Para assumir a Secretaria de Segurança Pública, tem bons profissionais aqui no Estado e que conhecem a nossa realidade. Não há necessidade de trazer ninguém de fora.

Com relação à Secretaria de Justiça e Cidadania, eu disse: Neudo, essa Pasta não é um prêmio, é uma missão. Então, não coloque alguém lá diplomático, tem que ser alguém com pulso firme e que conheça a realidade porque senão, não conseguirá tocar aquela pasta.

Para a Secretaria de Segurança veio inicialmente um bom Secretário que foi o Januário, mas as forças dentro da própria secretaria, da Polícia Civil fizeram com que ele pedisse para sair porque não deram uma força para ele. Foi uma pena, porque se o doutor Januário ainda estivesse à frente daquela pasta, tenho certeza que os órgãos de segurança estariam bem melhor encaminhados. E na SEJUC, ele colocou alguém com um perfil que não é o adequado para aquela pasta.

O Doutor Josué seria um bom Secretário de Educação, Controlador Geral do Estado, Secretário de Administração, um excelente profissional, mas para a SEJUC não. Está acontecendo o que há de pior. Não há comando na SEJUC. As coisas não acontecem. A penitenciária voltou a ser um favelão. Os agentes não controlam a penitenciária. Se alguém foge, levam em média 48 horas para saber quantos fugiram. E isso é para se saber em menos de uma hora porque os presos, na grande maioria não vão para cela, ficam no favelão que se criou ali, porque efetivamente não é a área de atuação do Josué.

Então, eu digo a Vossa Excelência que concordo em parte e discordo do comando único, se o Secretário de Segurança cumprir o que estabelece as leis 498 e 499. Efetivamente, ele comanda operacionalmente, mas tem que ter legitimidade e conhecer a realidade. E esse que está aí não tem, ele não conhece a realidade.

Com relação à Polícia Comunitária, também concordo com Vossa Excelência, pois conheço profundamente essa área. Eu acho que a Segurança Pública é dever de Estado, mas também é direito e responsabilidade de todos os cidadãos que podem participar através dos conselhos comunitários de segurança. O comando da PM retomou agora essa filosofia iniciada em 2007/2008, mas foi abandonada durante um tempo. Então, o governo da Suely, acertadamente, através do comando da PM, está trabalhando, mas tem que ter a participação do Departamento de Cidadania, da Secretaria de Segurança Pública e a participação também da Polícia Civil e outros órgãos da área de segurança para que a polícia comunitária funcione.

Então, vamos trabalhar para que se mude essa realidade. Eu vejo que o governo tem interesse em dar novos rumos para a Segurança Pública, mas tem que dar também para a SEJUC.

Aproveitem o Josué em outra área, antes que seja tarde, se já não for tarde demais para consertar aquele problema. Obrigado.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** continua – Obrigado, Deputado Chagas. Presidente, já ultrapassei o meu tempo, mas gostaria que o Senhor me concedesse dois minutos para conceder um aparte ao Deputado Chico Guerra.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Chico Guerra** – Obrigado, Deputado, queria parabenizar Vossa Excelência pela coragem de tocar nesse assunto. Na verdade, a nossa segurança está carente de segurança e o sistema penitenciário está falido. Não vai ser trocando secretário da segurança, do SEJUC que vai se resolver o problema.

Para o problema penitenciário deste estado tem que haver um planejamento profundo, algo muito sério para resolvê-lo. Lá tem hoje em torno de 1400 presos. Se entrar um juiz dos que fazem cumprir a lei, ele coloca a metade na rua, porque não tem condições humanas de manter aquelas pessoas lá dentro.

Então, veja bem, não vai ser a mudança de secretário que vai modificar toda essa história na segurança e no sistema penitenciário. Está faltando é cobrarmos o comprometimento com a segurança, com o sistema penitenciário. Fora isso, é jogar o tempo fora, é gastar conversa, é ter problema e ver os problemas aumentando mais naquele naquela unidade penitenciária. Hoje, o que tem de túnel lá embaixo, qualquer hora dessas a estrutura vai ruir, devido à quantidade de túnel escavada. Parabéns pelo pronunciamento.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** continua – Quero agradecer os apartes dos meus colegas Deputados e reafirmar o meu compromisso com a classe trabalhadora da Segurança Pública. E deixar claro qual lado estou e, acima de tudo, dizer que precisamos de mudança, não só de perfil, mas de gestão à frente da Secretaria de Segurança Pública, em especial, a SEJUG. A Delegada da Delegacia Geral, e o Secretário de Segurança ou alguém que agregue forças policiais, que conduzam essas forças policiais com um planejamento e uma meta, em torno de uma união que possa corresponder às expectativas da sociedade roraimense por mais segurança. A sociedade está em pânico, cada dia aumenta mais a violência, principalmente na periferia, a ponto de as pessoas nem quererem registrar o Boletim de Ocorrência por não acreditar mais. E, neste sentido, eu quero pedir ao Deputado Chico Guerra, Presidente da Comissão de Direitos Humanos para fazermos uma visita à penitenciária, ao menos pelo lado de fora, porque por dentro, não nos dá segurança, a verdade é essa! Conversar, pelo menos, com os policiais que estão lá. No mesmo sentido, o nosso Deputado e Delegado Jorge Everton, que possamos visitar também as delegacias que estão abandonadas, caindo, é um caos total, inclusive que a vigilância sanitária fosse às delegacias, fecharia 100% das delegacias! Não tenho dúvida disso. Em Caracará, fica no fundo do quintal da PM, sem estrutura alguma, os presos são algemados em uma parede. Um dia desses fugiu um preso com algema e barra de ferro. No São João da Baliza não é diferente, sabemos que isso é um acúmulo do descaso com a Segurança Pública. Essa é a verdade, e isso vem se acumulando no decorrer dos anos, Espero e cobro do governo uma iniciativa para que possamos resolver a situação. Sabemos que não vamos resolver isso a curto prazo, mas pelo menos demonstre boa vontade em começar a conversar com as categorias e apresentar um planejamento para dar início à solução dessa crise em que se encontra a Segurança Pública de Roraima. Muito obrigado!

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Convido o Deputado Jorge Everton para ocupar a tribuna, e saúdo os professores que se encontram aqui, bem como as comunidades indígenas, instituição com a qual conversei aproximadamente há uma semana.

Está na pauta da Ordem do Dia vetos parciais e totais que tratam dos profissionais da educação, onde existe por parte da Deputada Lenir e outros Deputados o consenso, de tal maneira que beneficie a categoria. Entendemos que a causa dos professores é justa principalmente a dos povos indígenas no tocante ao concurso público. Eu mesmo, quando assumi esta Casa, comuniquei a todos os órgãos de imprensa que iríamos implantar o concurso público aqui na Assembleia, e vamos fazer em momento oportuno. Entendo que os povos indígenas, na mesma direção, principalmente por serem pessoas que precisam de um tratamento igualitário, mas, acima de tudo, a condição de serem tratados como cidadãos brasileiros e que possam fazer um concurso público para que não fiquem na dependência da pessoa do Governo do Estado, para que a independência possa prevalecer e a democracia possa fazer parte de cada brasileiro no território nacional.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Bom-dia Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, demais pessoas presentes, aproveitando a deixa do Presidente, vou pedir aos colegas que se empenhem ao máximo para que possamos aprovar o Relatório, que aprovamos no dia de ontem na CCJ, que favorece a educação. Concluímos o trabalho! Parabéns à Deputada Lenir pelo fantástico Relatório, bem fundamentado, a CCJ cumpriu com o seu papel. E eu espero, Senhor Presidente, que Vossa Excelência o coloque logo em votação, para que a educação seja tratada com respeito e prioridade. Também quero parabenizar Vossa Excelência pela humildade, apesar desta Casa ter aprovado o Relatório final e a Lei Orçamentária. No final do ano Vossa Excelência solicitou que os colegas se mobilizassem no sentido de devolver ao Estado, de forma espontânea, dez milhões referente à Assembleia, e vinte milhões em emendas que os Deputados abriram mão. Presidente! Parabéns pela sua atitude neste momento de crise que o Estado está vivendo. Eu só espero que esse dinheiro seja utilizado da forma correta, porque nós não estamos vendo o compromisso em utilizar o orçamento de forma correta por parte do Governo do Estado. Eu sugiro a Vossa Excelência que coloque no documento o direcionamento do uso para que o orçamento seja aplicado na educação, saúde e segurança pública. Se a gente investir na educação nós teremos uma população mais consciente. E vai acontecer nos próximos governos o que está acontecendo neste governo: um governo que repete erros do passado! Quem não lembra o motivo do Senhor Neudo Campos estar sendo procurado pela justiça, devido a atos praticados no governo dele que fizeram chegar onde chegou nos dias atuais, e eles continuam repetindo os erros. Nós vemos um governo de família! Onde a família está fazendo da forma como querem! Eu discordo da palavra do Deputado Sampaio quando coloca a culpa nos agentes públicos. Os Delegados de Polícias tem trabalhado incessantemente, da mesma forma os agentes, a PM também tem trabalhado! Agora como é que se trabalha sem condições e sem recursos? Não era o Governo do povo que ia mudar essa realidade? Não era este governo que ia investir na educação, saúde e segurança pública? Desde o início, eu venho denunciando, o ronda no bairro foi sucateado, sem viatura na rua a população não tem segurança. E não adianta prender e levar para o sistema prisional falido, pois disseram que iriam fazer a mudança que o Estado precisava, mas a única coisa que mudou foi aumentar o valor da alimentação, que eu já denunciei nesta tribuna, e nada foi feito! Já denunciei nesta tribuna o contrato milionário de sessenta milhões da educação, e a CCJ arquivou o meu relatório, tenho o recurso para o plenário! Coloca para votar o recurso, para que possamos estancar esse gasto desnecessário com a educação, como: pintar as escolas com a cor PP, isso não pode continuar, temos que ter compromisso social. Nós aprovamos o meu Relatório da CCJ sobre o orçamento, e quero chamar a atenção do presidente da CCJ, Deputado Jorge Melo, que no relatório foi aprovado a abertura de crime de responsabilidade contra a governadora, porque o fato das emendas terem sido mantidas ou derrubadas não quer dizer que vamos passar a mão no crime que ela cometeu. Se ela está mal assessorada é problema dela, mas o crime foi praticado. E vamos propor a abertura de uma comissão pelo crime de responsabilidade que ela cometeu, conforme o artigo 10.

A segurança pública hoje vive conseqüências, eu posso retornar ao ano de 2003 quando da interdição da cadeia pública, o Secretário de Justiça e Cidadania deveria conhecer a história do sistema prisional, porque a cadeia pública foi interditada e todos os presos foram amontoados na penitenciária agrícola. Eu já falei aqui que é uma aberração jurídica porque nem é penitenciária, nem colônia agrícola. Portanto, todos estão misturando os regimes. Então, a culpa é da PM que não consegue misturar esse caldeirão? A culpa é da Polícia Civil? Não. As fugas estão ocorrendo por falta de gestão, eu provo isso. Nós fizemos gestão naquela pasta, Deputado Coronel Chagas, o Senhor como Secretário e eu como diretor da penitenciária. Mas, nós fizemos o que tinha que ser feito, pessoas foram presas, o Ministério Público teve total autonomia para fazer o seu trabalho com o apoio da Polícia Civil e da Polícia Federal. O Senhor permitiu que isso fosse feito, nós ajudamos nisso. Dez meses se passaram sem fugas naquela penitenciária. Isso é gestão, por que não se faz agora? Por que se coloca a culpa nos agentes penitenciários, nos policiais militares pelo caos na segurança pública? Onde estão as viaturas que deveriam estar nas ruas?

Eu quero, Senhor Presidente, conclamar todos os Deputados para que possamos fazer uma homenagem a um policial, em especial, que representa a luta contra o crime organizado, um policial militar

que não mede esforços para diuturnamente estar nas ruas colocando sua cara à tapa, colocando em risco a integridade de sua família. Nós estamos vendo o crime organizado espalhar mensagens, pregando a morte dele e de seus familiares. O policial Roney é uma pessoa abnegada, trabalha incessantemente. Não podemos permitir que o crime organizado intimide os nossos policiais. Presidente. Precisamos que o sistema dê segurança pública, dê uma ao Roney para continuar prendendo quem tem que ser preso e dar proteção à família dele que não pode ficar desassistida. Ele tem serviços relevantes para o Estado. Precisamos apoiá-lo neste momento que ele mais precisa. Quero ser solidário ao Roney e convocar todo o sistema de segurança pública para ir para cima do crime organizado, porque este Estado não vai ficar refém da criminalidade. Convoco os Deputados que fazem parte da segurança pública, o Coronel Chagas e o Soldado Sampaio para que possamos unir forças neste sentido. Fica a minha deixa para que a gente possa fazer alguma coisa através desta Casa, precisamos agir ao invés de chorarmos uma desgraça que possa acontecer com o Roney e sua família.

Com relação à má gestão, quero lembrar que eu denunciei nesta Casa a situação do Senhor João Pizzolati, que veio para Roraima para fugir do juiz Sérgio Moro. E foi acobertado pelo Governo do Estado com intuito de blindá-lo da investigação da Lava Jato. Ora, Presidente, se a presidente Dilma está respondendo e está tendo toda essa questão jurídica com a nomeação do ex-Presidente Lula a fim de protegê-lo. Eu entendo que a Governadora também está cometendo crime de responsabilidade, da mesma forma que está sendo questionada Porém, ninguém fez nada contra isso. Nós denunciamos e ficou por isso mesmo. Eu denunciei nesta tribuna que mais de meio milhão de reais foi ressarcido para o estado de origem do Senhor João Pizzolati que diz não ter custo para o erário, que não tem custo para Roraima. Quinhentos mil reais para manter um criminoso que responde processo. Que foi indiciado agora, recentemente, pelo desvio de mais de quinhentos milhões. Saiu ontem em matéria nacional. Somos vergonha nacional mais uma vez, e nós não vamos fazer nada? Vamos manter até quando o Senhor João Pizzolati acobertado dos seus crimes. Precisamos mudar a realidade deste Estado, Presidente, mudar com ações como Vossa Excelência fez, abrindo mão do orçamento para que os recursos sejam melhores investidos. Eu só espero que ele seja realmente investido.

Então, eu peço mais uma vez que os colegas nos ajudem a aprovar hoje, de uma vez por todas, o PCCR porque a educação merece respeito, com melhor educação, nós teremos uma sociedade mais justa e igualitária, porque foi através da educação que a minha mãe me deu condições para passar num concurso público. Minha mãe é professora aposentada, e temos que dar oportunidade para cada família do Estado de Roraima. O meu muito obrigado a todos.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Só quero comunicar ao Deputado Jorge Everton que, conforme solicitação da relatora, estão na pauta todos os vetos referentes aos profissionais de educação e vamos analisá-los hoje sim.

Quero também comunicar que nós estamos encaminhando à Chefe do Poder Executivo, vou solicitar ao departamento técnico de assessoria desta Casa Legislativa que faça um termo para que os valores sejam devolvidos, através da Assembleia Legislativa, que sejam carimbados para educação e saúde pública do Estado. Vamos carimbar os recursos exatamente para equipar as escolas no tocante à climatização. Foi uma promessa passada, no tocante à questão da saúde pública que, por uma razão ou outra existe a ausência de medicamentos e nós sabemos que a situação por que passa o Estado, é uma situação delicada, Entendemos que saúde pública e educação têm que ter prioridade em qualquer governo.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** pede Questão de Ordem – Eu peço que seja incluído no pedido que Vossa excelência fez, que retorne um pouco dos recursos que foram retirados de programas essenciais que auxiliam as pessoas na área da agricultura, da saúde e da educação. Hoje, o Estado não tem condições de fazer uma ponte que queimou porque os recursos foram retirados por emendas de lá. Da mesma forma, gostaria que retornassem também os recursos para a educação, pois sabemos da situação da educação. Eu não sou membro de gabinete e não estou aqui para fazer o que querem, estou aqui para fazer o que é correto. Que a gente fizesse retornar também recursos de contrapartida de convênio, pois nós estamos devolvendo dinheiro de convênio porque não temos recurso de contrapartida.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Deputada Aurelina, desculpe minha posição, mas entre uma ponte quebrada e um aluno

sendo bem educado numa escola, eu prefiro que a ponte fique quebrada e ainda que um paciente seja atendido.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** pede Questão de Ordem – Não tem aluno se não tiver ponte para passar um carro, um transporte escolar numa estrada...

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – É a preocupação que nós temos e eu entendo o que Vossa Excelência colocou...

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** pede Questão de Ordem – Mas para passar um transporte escolar numa estrada precisa de ponte.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Então, entre a ponte quebrada e um paciente salvo, eu prefiro salvar a vida do paciente, porque nós entendemos a situação política, mas o relator do orçamento teve o cuidado de não retirar nenhum dinheiro de contrapartida de convênio nem tampouco retirar dinheiro de recursos que não tivessem contemplados dentro da estrutura do governo. O que houve foi uma retirada grande de orçamentos com comunicação, dentro da estrutura orçamentária do governo, até porque a nossa intenção não é engessar o governo, porque se assim o fosse, nós não teríamos a boa vontade de devolver os recursos que a priori a Assembleia Legislativa teria direito.

Então, na verdade, esta Casa foi flexível. A única coisa que nós queremos é a responsabilidade financeira dos recursos, uma vez que existem alguns cidadãos que criticam o Poder Legislativo devido às questões dos seus recursos, sendo que esta Casa está abrindo mão para que o Estado possa receber. Mas receber de forma carimbada, para que a sociedade possa verificar onde, quando e de que forma está sendo aplicado o recurso.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** – Bom dia Senhoras e Senhores aqui presentes, pessoal da educação de forma geral, indígenas e não indígenas. Resumindo numa palavra só a Educação, seja ela indígena ou não, deve ser respeitada por um Estado e pelos seus governantes.

Passamos há pouco tempo por uma greve, por confusão na Praça do Centro Cívico e não sabemos se alguma coisa foi resolvida. Está aí está o resultado, novamente os professores reivindicando os seus direitos.

Está na hora de parar de conversa e tentar resolver os problemas. Mas tentar resolver de verdade, porque só conversa fiada, só promessa não resolve coisa nenhuma. Então, vamos jogar limpo com os professores, com a saúde, com a educação. Pessoal da saúde, da segurança e da educação não podemos fazer nada, vai ficar do jeito que está ou pior. Acabou a conversa e cada um vai pegar seu rumo. O que não pode é ficarmos com promessas, porque enquanto esses profissionais estão aqui com suas placas e panfletos, a educação está parada, tanto dos indígenas, como dos não indígenas, haja vista que eles reivindicam seus direitos, pois não adianta, a qualquer momento vai ter uma greve novamente na educação, na segurança em tudo que é lugar.

Então, o pedido que eu faço as autoridades, aos parlamentares que têm ligação direta com o governo é que abram o canal para as conversações entre povo que está aqui, os representantes da educação e as autoridades, porque não adianta perder tempo. E ninguém vai viver de ilusão: Ah! Vou mandar falar com o Secretário Izaías Maia. O Secretário não resolve coisa nenhuma, quem resolve é a Governadora do Estado de Roraima e ela tem que dizer a verdade sobre o que está acontecendo. Como falou o Deputado Jorge Everton, temos denúncias na educação, na segurança, o negócio está complicado. Então, vamos jogar limpo falar a verdade contra a verdade não há argumentos. A gente pede que os parlamentares que dão sustentação política ao governo abram esse espaço e que se chegue a uma solução, porque até hoje só tivemos muita conversa fiada e ninguém resolveu coisa nenhuma.

Quero fazer três perguntas às autoridades de forma geral e aos parlamentares aqui presentes que queiram se manifestar agora, ou em outra oportunidade.

As obras na penitenciária de Rorainópolis começaram e pararam? Cadê o dinheiro da obra? O que foi que aconteceu? Ninguém fala coisa nenhuma. Ninguém diz nada, está todo mundo caladinho. Porque não dão uma satisfação para o povo?

Tenho mais alguns questionamentos. As verbas para o Estado de Roraima nessa área de segurança veem ou não? Se veem, pegam caminhos diferentes? Vamos investigar, Senhores Deputados, e pronto. O negócio tem que acabar. Quem está errado? Quem errou? Quem praticou falcatuas? Quem não deve não teme. Ser gestor, ser político não quer dizer que tem que ser ladrão não. Dá para trabalhar

sem praticar atos ilícitos. Agora, se eu não for me eleger, e me tornar um ladrão engravatado, é diferente.

Então, tem que haver uma investigação. Outra coisa sobre o sistema prisional, o que tem que acontecer é os administradores da penitenciária ter livre acesso, entrarem em todas as celas, o que hoje não acontece. E não acontece por quê? Porque tem denúncia de que bateram, que quebraram, que maltrataram, aí quando o cara entra, ele não volta. Se ele voltar, volta esfaqueado, baleado ou pegando umas lapadas. Então, está na hora do sistema prisional fazer uma reformulação total, sabe por quê? Porque estão só na conversa e os detentos fugindo. Fogem 50, voltam 38, depois fogem mais cem. E vou dizer uma coisa para vocês, o Soldado Sampaio falou assim: vamos ver se a gente fica pelo menos ali fora na entrada da PA. Não, Soldado Sampaio, nós temos que ir lá dentro. Sabem por que eu digo isso? Porque os detentos já falaram que se eles estiverem recebendo o que lhes é de direito, podem ter certeza que as fugas vão diminuir aqueles que fugirem serão penalizados pelos próprios detentos, porque eles não concordam com isso se estiver tudo certo. Vai fugir para quê? Vai pegar umas lapadas e acabou a conversa. É desse jeito no sistema prisional. Então, temos que colocar pessoas que entendam do sistema prisional e não através de indicação. O que o Izaías Maia é? Açougueiro, mas é meu amigo e vou colocá-lo para tomar conta do sistema prisional. Isso não dá certo companheiro. Açougueiro é açougueiro. Chefe do sistema prisional tem que entender do sistema prisional. É verdade o que o Deputado Jorge Everton falou sobre a vida do DICAP, do meu querido Roney... fogem 50, o tigre vai atrás e colocam na cadeia. Quando voltam 49, aí fogem mais 50. Quer dizer, é uma brincadeira com prejuízo, e o povo tendo que viver juntamente com os marginais. Então, como disse o Coronel Chagas, é gestão, é trabalho. Quem conhece deve impor a lei, e lei impõe aquilo que é de direito do detento. Tenha certeza que as fugas vão diminuir. Então, como é que fica? Cadê o recurso da Penitenciária Agrícola de Rorainópolis? Cadê as verbas para a segurança? Alguém tem que falar alguma coisa. O problema maior é que se fala e depois todo mundo se acalma, ninguém fala mais nada e aí continua tudo do mesmo jeito na segurança, até a fuga de mais 50 detentos, 50 reeducandos. Então, a hora é de entendimento, de entendermos também a dificuldade por que passa o Governo, que também tem que falar a verdade: não tenho, não posso fazer, não tem verba e acabou a conversa, porque se disser que não tem verba, aí vão chamar oito Deputados Federais e três Senadores que estão em Brasília, lutando ao lado da presidente Dilma enquanto ela estiver lá, para trazer o recurso, pois se todos ficarem calados, esta cidade, este Estado vai se transformar numa cidade fantasma. Muito obrigado.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Não havendo mais oradores inscritos para o Grande Expediente, passamos para a Ordem do Dia, com discussão e votação da Mensagem Governamental de Veto nº 003, de 21 de janeiro de 2016, com veto parcial ao Projeto de Lei nº 075/2015, que “Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 892, de 25 de janeiro de 2013, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos Servidores da Educação Básica do Estado de Roraima (PCCREB) e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo; da Mensagem Governamental de Veto nº 061/15, com veto parcial ao Projeto de Lei nº 014/2015, que “Autoriza a criação do Programa Estadual de Saúde Móvel do Coração, e dá outras providências”, de autoria do Deputado Soldado Sampaio; da Mensagem Governamental de Veto nº 062/15, com veto total ao Projeto de Lei nº 039/15, que “Cria o Programa de Apoio Médico-terapêutico e Educacional aos Portadores de Deficiência Auditiva Profunda, e dá outras providências”, de autoria da Deputada Lenir Rodrigues; da Mensagem Governamental de Veto nº 063, de 24 de dezembro de 2015, com veto total ao Projeto de Lei nº 007/2015, que “Dispõe sobre a adoção das cores oficiais na pintura de prédios públicos, e dá outras providências”, de autoria do Deputado George Melo; da Mensagem Governamental de Veto nº 002, de 10 de janeiro de 2016, com veto total ao Projeto de Lei nº 081/2015, que “Dispõe sobre o Dia Estadual da Consciência Negra, e dá outras providências”, de autoria dos Deputados Jalser Renier e Naldo da Loteria; e da Mensagem Governamental de Veto nº 005, de 21 de janeiro de 2016, com veto total ao Projeto de Lei nº 031/2015, que “Autoriza o Poder Executivo a criar, no âmbito da estrutura organizacional, o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Roraima – IATER, e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo.

Eu vou inverter a pauta e comunico aos Senhores Deputados que apenas colocarei em discussão a Mensagem Governamental nº 003, de 21 de janeiro de 2016, e transiro as demais matérias

constantes na Ordem do Dia para a próxima Sessão.

Solicito à Senhora Deputada Lenir Rodrigues que proceda à leitura do Parecer e do Relatório à Mensagem Governamental nº 003/16, bem como do Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final. Essa Mensagem é referente ao veto parcial ao Projeto de Lei nº 075/15, que foram apostos aos dispositivos normativos constantes do artigo 3º, 8º, parágrafo 3º, artigos 13, 16, 17, 23 e 27, parágrafo 4º, artigos 30,36 e 37. A recomendação da relatora foi pela rejeição e o Parecer foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

A Senhora Primeira-Secretária **Lenir Rodrigues** – Lida a Mensagem Governamental nº 003/16 e o Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Senhores Deputados, antes de colocar a matéria em votação, até para que a gente entre em consenso, a nossa votação, em detrimento do trabalho que foi feito com muita responsabilidade pela Deputada Lenir, com o apoio e amparo dos Deputados desta Casa, haja vista que o G14 não está em Plenário totalmente, preciso unificar a votação, para que a gente não transforme o relatório da Deputada Lenir em uma surpresa desagradável, no trato que foi feito com a classe dos profissionais em educação. Então, a minha preocupação, Deputado Brito, é a seguinte: Vossa Excelência como líder do Governo, sabe se realmente existe o consenso? Vou fazer a apresentação novamente, se existe consenso ao artigo 3º, ao artigo 8º, ao parágrafo 3º da lei, aos artigos 13, 16, 17, 23 e 27, parágrafo 4º, artigos 30, 36 e 37, ambos expedidos no relatório da Deputada Lenir, pela derrubada do veto, ou seja, discordando do Governo em um ambiente em que todos consensualizaram as suas opiniões. Eu preciso saber se eu posso levar esse projeto para a votação. Ai, eu pergunto ao Deputado líder do Governo: existe esse consenso dentro da base do G14 de derrubar o veto? Eu já conversei, particularmente, com Vossa Excelência para manter outros vetos, aqueles que geram impacto financeiro e que nós entendemos a dificuldade por que passa o Estado, bem como os próprios profissionais da área de educação também entenderam, com base no relatório apresentado pela deputada Lenir. Eu só quero saber se eu posso contar com os Senhores Deputados para que possa evoluir com a votação? Caso não haja consenso, eu não coloco para votar. Eu gostaria de saber do Deputado líder do governo, primeiro a sua opinião diante do acordo.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, profissionais em educação aqui presentes. Inicialmente, gostaria de parabenizar a Deputada Lenir Rodrigues pelo relatório. Eu acompanhei de perto, discutimos ontem na Comissão e nós temos sim consenso a respeito do relatório da Deputada Lenir. A orientação da Senhora Governadora é que nós possamos votar os vetos diante da apreciação do relatório da Deputada Lenir. Então, foi pedido, pelo Governo, destaque de um veto e está assinado por 12, 13 Deputados que esse veto seria votado em destaque, mas o consenso na votação existe.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Vossa Excelência pediu destaque de um veto?

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Sim.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Acato o Requerimento nº 009/16, de autoria do Deputado Brito Bezerra, requerendo destaque na votação do Veto Governamental ao § 4º do art. 41, constante do art. 17 do Projeto de Lei nº 075/15.

Esse parágrafo refere-se a quê, Deputada Lenir?

A Senhora Primeira-Secretária **Lenir Rodrigues** – À incorporação da GID nas 25 horas.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Sim. Esse parágrafo também é de consenso com a categoria?

A Senhora Primeira-Secretária **Lenir Rodrigues** – Sim, a proposta que veio do Poder Executivo é que fosse feito um critério dentro da emenda, que colocasse. Posso colocar sobre o que veio do Poder Executivo sobre o prazo, Deputado Brito? O Poder Executivo orientou a base a pedir destaque sobre o seguinte entendimento: que a GID fosse incorporada ao salário dos professores que tivessem dez anos de sala de aula ou quinze anos intercalados. E, de certa forma, o argumento do relatório é que vai incorporar na aposentadoria de quem recolhe. Então, vai ter que votar esse destaque do Poder Executivo separado do relatório.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Primeiro, quero dizer ao Deputado Brito, líder do Governo, que Vossa Excelência, com muita responsabilidade, tem feito esse trabalho de consenso com o parecer da Deputada Lenir. Então, quero dizer aos professores que

em nenhum momento o Deputado Brito Bezerra criou obstáculo para confundir ou destratar o acordo que foi feito no parecer da Deputada Lenir e o que foi conversado com os professores. Por isso, eu quero ressaltar o trabalho de Vossa Excelência em relação a isso e até agradecer, em meu nome, e acho que até em nome de toda a categoria também. Agora, existe esse parágrafo 4º que a Deputada Lenir me informa que a GID já contempla os professores no momento da sua aposentadoria. Então, no meu entendimento, é um parágrafo onde não há o que se discutir sobre essa questão. O parágrafo não vai denegrir a imagem da categoria. Por conta de um parágrafo, nós não vamos afundar o navio. Então, eu acredito que, diante desse consenso apresentado por Vossa Excelência, se faz necessário que o plenário entenda que é complacente a posição dentro da defesa apresentada pela Deputada Lenir. Portanto, se a Deputada Lenir na condição de relatora, entender que o seu requerimento não ofusca o trabalho dos profissionais em educação, nós vamos respeitar o requerimento e vamos destacar dentro do plenário. Está bom assim, dentro do que foi conversado?

Vou suspender a Sessão por dois minutos, para que a gente busque o entendimento.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Dou por reaberta a Sessão. Com relação ao Parágrafo 4º que foi um pedido do Deputado Brito e que já é um entendimento da maioria dos Senhores Deputados e também da categoria da classe dos trabalhadores em educação, fica assim: “para fins de aposentadoria com exercício profissional de dez anos em sala de aula ou quinze anos intercalados e rejeita o veto. Esse foi o consenso que entramos aqui com a Marcela e os demais representantes, pois nossa intenção é aprovar o Projeto em benefício dos senhores, posto que já é um problema encontrar um consenso com os Deputados e se a gente não evoluir para essa votação dentro de um colegiado, não vamos ter condição de apresentar a vocês o resultado satisfatório que a categoria quer.

Primeiramente, vamos votar o que é consenso. Vamos votar os artigos. 3º, 8º, - §3º, 13,16, 17, 23, 27, 30, 36,37. Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discuti-la. Em votação. A votação será secreta e eletrônica. Vocês sabem disso, sabem da boa vontade que estamos tendo em aprovar o projeto dessa categoria. Estamos mesmo com a minoria, tentando aprovar esse projeto para vocês. A votação será secreta, nos termos do art. 233, e o veto será rejeitado se obtiver a maioria dos votos contrários da Casa, portanto, 13 votos. Votando não, rejeita-se o veto. Votando sim, acata-se o veto. Pelo acordo que fizemos entre a oposição e a base do governo, a orientação é votar não, ou seja, derrubar o veto da Governadora. Votar contra a Senhora Governadora, esse é o consenso feito há pouco pela liderança do governo e pela base de oposição. Espero, pelo respeito que temos, que seja respeitada a vontade da maioria, que seja respeitado o relatório da Deputada Lenir. Preciso contar com a complacência dos senhores Deputados. Essa é uma causa justa da categoria e que não aferi, de maneira nenhuma, impactos financeiros para o governo do jeito que está, pelo contrário, só melhora o texto e só melhora a qualidade dos profissionais da educação, e não causa impacto financeiro para o governo. Então, mais uma vez, estamos votando os artigos. 3º, 8º, - §3º, 13,16, 17, 23, 27, 30, 36, 37. Só não está em votação o § 4º que foi o destaque oferecido pelo Deputado Brito, por não haver consenso. Vamos votar só o que é consenso, excluindo o § 4º.

Deputado Brito, pergunto a vossa excelência se essa conversa foi alinhavada nesses termos, de acordo com o relatório? Deputado Soldado Sampaio, Deputado Evangelista e Deputado George Melo, os senhores concordam com esses termos?

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** pede Questão de Ordem – Sim, senhor Presidente, esse é o consenso, a orientação é para que sigamos com o relatório.

O Senhor Deputado **George Melo** pede Questão de Ordem – Sim, Senhor Presidente, nossa base vai votar com o relatório.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Senhores Deputados, vou colocar agora em votação, lembrando que a orientação é votar não. Não, significa contra o governo, que é o objeto dessa discussão. Esses parágrafos não estão contemplados no § 4º que foi o destaque que o governo pediu. Então a orientação é votar não. Solicito ao técnico a liberação do painel para votação.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, a bancada do governo orienta seus membros a votar não. Vamos seguir o relatório da Deputada Lenir nesses vetos

que agora foram destacados por vossa excelência.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Dou por encerrada a votação. Dou por rejeitado o veto por 20 votos contrários, 01 voto favorável e nenhuma abstenção.

Parabenizo o Governo do Estado, na pessoa do líder do governo, Deputado Brito, por ter feito o acordo e o acordo ter sido cumprido diante dos profissionais de educação.

Evoluiremos agora para o destaque da votação referente ao parágrafo 4º, conforme solicitação e acordo da maioria. Conforme solicitação da liderança do governo é regimental e facultado ao Deputado pedir destaque e é absolutamente constitucional e legal. Então, temos que respeitar o regimento e tornar a matéria em destaque.

Vamos evoluir para a discussão do destaque da matéria referente ao § 4º.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** pede Questão de Ordem - Senhor Presidente, votando sim, mantém o veto?

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Senhor Deputado, votando não estará votando contra o governo e votando sim estará votando a favor do Governo.

Em discussão a matéria.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, o acordo da nossa bancada é votar sim.

O Senhor Deputado **George Melo** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, o acordo da nossa bancada é votar não.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, o acordo da nossa bancada é votar sim.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, peço aos colegas que sigam a orientação do Deputado George, pois nós não podemos penalizar os professores, principalmente em um período que eles vão estar se aposentando. Temos que valorizar a educação. Então, peço aos colegas que sigam a orientação do Deputado George e votem não para derrubarmos esse veto.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Solicito ao técnico que libere o painel para votação. Espero contar com a sensibilidade dos Senhores Deputados para derrubarmos o veto do governo. Liberado o painel para votação. Lembrando que essa matéria não tira os direitos dos professores. Votando não estarão votando com a classe dos profissionais em educação.

Encerrada a votação. O veto governamental recebeu 13 votos favoráveis, 8 votos contrários e nenhuma abstenção, portanto, foi mantido o veto governamental.

A senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Senhor Presidente, nós votamos os vetos aos artigos que tínhamos acordado para a derrubada do veto governamental. Agora, falta votarmos os vetos aos artigos que causam impacto financeiro para o governo, aos quais acordamos a manutenção dos vetos. Entre um e outro o senhor votou o destaque, mas ainda falta essa parte da votação.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Mas a parte da votação que a senhora se refere é referente aos artigos. 4º, 5º, 7º, 8º, §4º do art. 12, § 5º do art. 39? Esses são os vetos aos quais acordamos manter o veto?

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** pede Questão de Ordem – Sim, Senhor Presidente, é isso que falta.

O Senhor Deputado **Chico Guerra** pede uma Questão de Ordem – Senhor Presidente, a proposta da Governadora era fracionada. Quando vossa excelência votou os vetos que tinham sido acordados, não tinha votado todos os vetos não?

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Não, Deputado Chico, votamos apenas o que tinha consenso. O único que não havia consenso era o § 4º. O que foi aprovado e que estava para rejeitar em detrimento dos profissionais da educação foi o que apresentei ainda há pouco, que foram os artigos 3º, 8º - §3º, 13, 16, 17, 23, 27, 30, 36, 37. Esse é precluso, já foi votado e o veto governamental foi derrubado. Agora, vamos votar o veto aos artigos 4º, 5º, 7º, 8º, §4º do art. 12, § 5º do art. 39. A orientação para esta votação é pela manutenção do veto, pois foi esse o acordo feito com a relatora.

Em discussão a matéria.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** pede Questão de Ordem – Gostaria que vossa excelência repetisse novamente quais os artigos que iremos votar agora.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Artigos 4º, 5º, 7º, 8º, §4º do art. 12, § 5º do art. 39. Esses são os artigos que geram impactos financeiros e estão no relatório da Deputada pela manutenção do veto.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – A bancada do Governo orienta seus membros a acompanhar o relatório da Deputada Lenir. Esses são pela manutenção dos vetos e a votação é sim. Não é isso Deputada Lenir?

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Continua em discussão a matéria. Não havendo quem queira discuti-la, em votação. A votação será pelo processo eletrônico e secreto. Votando sim os Deputados acatam o veto do Governo e votando não os Deputados rejeitam o veto. A orientação da relatora é votar sim, de acordo com o que foi aferido entre a oposição, a situação e a classe dos trabalhadores em educação. Liberado o painel para votação.

Encerrada a votação. O Veto Governamental recebeu 18 votos favoráveis, três contrários e nenhuma abstenção, sendo, portanto, mantido o veto governamental.

Passaremos agora para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Senhor Presidente, lamento ter sido mantido o veto com relação aos professores aposentados, pois, mais uma vez, o governo mostra não ter compromisso com a categoria. Por isso, lamento profundamente a falta de respeito com a educação no nosso Estado. Informo que estou me deslocando para Porto Velho para participar de uma reunião com o Parlamento Amazônico, onde iremos debater a questão energética, a questão das nossas rodovias e, principalmente, a questão aérea, pois estão querendo tirar os voos regulares de Boa Vista para Manaus. Estarei representando esta Casa e lutando para que sejam mantidos esses voos e para que a nossa população não seja penalizada. Obrigado e feliz páscoa a todos.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Senhor Presidente, também quero lamentar esta postura, pois, só quem sabe o que é a sala de aula é quem já passou por ela. E lamento que em uma profissão onde em geral se termina doente, não se dê garantias simples para fins de aposentadoria. Então, também saio daqui, apesar de todo o esforço, totalmente insatisfeita com essa negação de direitos para no final da vida desses profissionais que não sabem nem se estarão vivos para usufruir da aposentadoria. Então, deixo também, Deputado Jorge Everton, meu constrangimento e a minha tristeza com relação a esse ponto. Obrigada.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Deputada Lenir, quero me igualar ao pensamento de vossa excelência também, pois acredito que os direitos dos professores devem e precisam ser mantidos, até porque a própria categoria sabe o interesse que tivemos em aprovar esse projeto. Eu mesmo me reuni com todos eles, mas, infelizmente, existe uma democracia e temos que respeitá-la obedecendo à vontade dos Senhores Deputados. O que importa é que tivemos causas merecidamente ganhas aqui no Plenário. E tivemos uma única perda. Ressalto que realmente o Parágrafo 4º não implicaria em nada para os profissionais de educação, até porque aqueles que têm mais de 10 anos não iriam sofrer nenhum dano, porém, aqueles que não alcançaram esse patamar seriam atingidos, porque não teriam os benefícios aplicados pela lei que foi apresentada no relatório da Deputada Lenir. Então, fica aqui a minha insatisfação com relação à posição dos Senhores Deputados, mas respeito a individualidade de cada um.

O Senhor Deputado **Francisco Mozart** – Senhor Presidente, me solidarizo com o Deputado Jorge Everton e com a Deputada Lenir porque dessa batalha vamos sair com o sentimento de derrota, não somente os professores e os Deputados, mas o Estado, porque quando a educação é prejudicada, prejudica a todos, prejudica os nossos filhos. Tenho uma mãe que é professora de carreira e posso dizer que saímos todos daqui com o sentimento de derrota. Quero aproveitar a oportunidade para dar os meus parabéns ao Deputado Marcelo Cabral pela passagem de seu aniversário, muita paz, saúde e sucesso.

A Senhora Deputada **Ângela A. Portella** - Eu quero convocar a Comissão de Defesa dos Direitos da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e de ação social para uma reunião extraordinária, após a Sessão, os Deputados: Odilon, Masamy, Lenir e Aurelina.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Deputado Marcelo, quero parabenizá-lo pela sua existência, desejando-lhe muita saúde, sucesso, paz e sabedoria, destacando os mandatos de Vossa Excelência nesta Casa junto a sua família.

O Senhor Deputado **Marcelo Cabral** – Senhor Presidente, eu fico feliz por comemorar mais um aniversário. Porém, triste quando vejo nossos professores que se dedicam ao interior do

Estado, se preocupando com o ensino no Estado de Roraima sendo injustiçados. E vejo o Governo do Estado deixando a educação sempre em segundo plano. Quero parabenizar a Deputada Lenir pela dedicação e pelo trabalho que foi feito na comissão e dizer que nosso grupo está unido em prol da sociedade roraimense. E votei contra, porque acredito que a educação no nosso Estado tem que ser valorizada. Fizemos o nosso papel como Deputado Estadual, pena que o Governo não entenda que a educação é prioridade no Estado de Roraima. Um abraço a todos e bom-dia.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** - Senhor Presidente, lamentações são importantes. Mas, para a educação e para os professores o que importa é o voto.

O Senhor Deputado **George Melo** - Senhor Presidente, queria fazer um registro especial à Deputada Lenir, porque poucas pessoas sabem o esforço que ela está fazendo para estar hoje aqui. Ontem, na Comissão de Justiça, ela leu praticamente, mais de vinte laudas do seu relatório. Deputada, nós sabemos da sua seriedade e compromisso e estamos nessa luta pela senhora e pelos professores. Gostaríamos muito de termos aprovado esse relatório a contento, mas como já foi dito aqui, a democracia prevalece. Porém, tenho certeza que essa luta continua e quem ganha com isso é a sociedade de Boa Vista, pois exercida a democracia, temos que respeitar o contraditório.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Esta Presidência parabeniza a Deputada Lenir pelo seu excelente trabalho, até porque a Deputada estava em viagem para tratamento de saúde com sua filha e veio de São Paulo, exclusivamente para resolver essa questão dos profissionais de educação. Então, o que foi favorável as professores foi uma vitória da Deputada Lenir juntamente com a categoria e com os Deputados que votaram favorável. E nós sabemos da sua responsabilidade, equilíbrio e da sua dignidade para com essa categoria.

Convido os Senhores Deputados para a Sessão de amanhã com Vetos governamentais na Ordem do Dia. E, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente Sessão e convocou outra para o dia 23 de março, à hora regimental.

Registraram a presença, no painel, os Senhores Deputados: **Angela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Francisco Mozart, Gabriel Picanço, George Melo, Izaías Maia, Jalser Renier, Jânio Xingú, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Soldado Sampaio e Zé Galetto.**

Ata Sucinta Aprovada em: 23/03/2016

ATA DA 2486ª SESSÃO, EM 23 DE MARÇO DE 2016.
51º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.
 = ORDINÁRIA =
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS.
 (Em exercício)

Às nove horas do dia vinte e três de março de dois mil e dezesseis, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quadringentésima octogésima sexta Sessão Ordinária do quinquagésimo primeiro Período Legislativo da sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** - Senhor Presidente, há quórum para abertura dos trabalhos.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo-Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo-Secretário **Izaías Maia** - Lida a Ata.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** - Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

- Projeto de Lei s/nº, de 22/03/16, do Deputado Masamy Eda, que "Altera a Lei nº 664, de 17 de abril de 2008, que dispõe sobre o Sistema de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passagens do Estado de Roraima e dá outras providências".

- Projeto de Emenda Constitucional s/nº, de 18/03/16, do Deputado George Melo e outros, que "Altera o parágrafo único do art. 4º da Constituição do Estado de Roraima".

- Projeto de Emenda Constitucional s/nº, de 18/03/16, do Deputado George Melo e outros, que "Adiciona o parágrafo 2º ao art. 4º da Constituição do Estado de Roraima".

- Projeto de Decreto Legislativo s/nº, de 11/03/16, dos Deputados Jalser Renier, Naldo da Loteria e Marcelo Cabral, que "Suspende a execução dos artigos 32 a 36 da Lei Complementar nº 227, que dispõe sobre a organização do Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira dos Servidores do Poder Judiciário do Estado".

- Indicação s/nº, de 21/03/16, do Deputado Masamy Eda ao Governo do Estado, para construção de pontes na Vicinal 11, ao longo da extensão do Igarapé Saramandaia, e Vicinal 20, sobre o Igarapé Tentativa, no Município de Rorainópolis.

- Indicação s/nº, de 21/03/16, do Deputado Masamy Eda ao Governo do Estado, para construção de pontes de concreto ou substituição das pontes de madeira sobre o Rio Anauá, na Vicinal 2 e sobre o Igarapé do Azul, Vicinal 3, região de Nova Colina, município de Rorainópolis.

- Indicação s/nº, de 21/03/16, do Deputado Masamy Eda ao Governo do Estado, para construção de duas escolas estaduais com oferta do 1º ao 5º ano do Ensino Básico, sendo uma na sede da Vila Jundiá e outra na sede da Vila Nova Colina, ambas no Município de Rorainópolis.

- Indicação s/nº, de 21/03/16, do Deputado Masamy Eda ao Governo do Estado, para construção de pontes nas Vicinais 10, 12, 17, 18, 19, 20, 21, 22 e 26, no Município de São Luiz do Anauá.

- Indicação s/nº, de 21/03/16, dos Deputados Jalser Renier e Lenir Rodrigues ao Governo do Estado, para elaboração de projetos pelos órgãos estaduais competentes, para instalação de sistemas de conservação e uso racional da água em escolas da rede pública de Roraima.

- Requerimento s/nº, de 22/03/16, da Comissão Especial Externa, para prorrogação de prazo, por igual período, dessa Comissão.

- Requerimento s/nº, de 22/03/16, da Comissão Especial Externa, requerendo, após ouvido o Plenário, prorrogação de prazo, por igual período, para funcionamento.

- Requerimento s/nº, de 22/03/16, dos Deputados Dhiego Coelho e Chico Guerra, requerendo autorização para o deslocamento deles, do chefe do Gabinete Militar, de um repórter e um motorista à República Bolivariana da Venezuela.

- Memorando nº 24, de 22/03/16, do Deputado Valdenir Ferreira da Silva, justificando sua ausência nas sessões plenárias dos dias 22 e 23 de março do corrente ano.

- Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Existe um orador inscrito para o Grande Expediente, portanto 60 minutos para o Parlamentar.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** - Senhor Presidente, demais colegas, imprensa, colaboradores desta Casa, amigos visitantes que vieram nos prestigiar. Só para refletir, gostaria de falar sobre a febre aftosa no nosso Estado. A campanha da segunda etapa da vacinação está para ser deflagrada e os pecuaristas, criadores, devido à forte estiagem, solicitaram para que intercedêssemos junto ao Ministério da Agricultura, a ADEER, para que tivessem entendimento para que esse prazo fosse prorrogado porque, além dos animais estarem desnutridos, estão espalhados. Tem muitos animais que estão onde não tem área de manejo, curral para vacinar, estão só no cercado e estão com dificuldades para que esses animais sejam vacinados e a vacina tenha sucesso no seu quantitativo. Eles estão preocupados e estão pedindo para que a gente interceda junto aos órgãos de controle, ADEER e Ministério da Agricultura para que seja prorrogado o prazo.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Chico Guerra** - Deputado, gostaria de me juntar a Vossa Excelência nesta preocupação. Pelo menos 70% do pasto de Roraima foi destruído pelo fogo e hoje temos o gado comendo cinza e a gente sabe que enfraquece. Só para mexer com esse gado você perde várias cabeças porque quebram, morrem durante o manejo. Gostaria de pedir apoio de Vossa Excelência para que interceda junto à Governadora e aos

órgãos competentes, porque eles estão querendo que até o próximo dia 30 de junho todo o rebanho do Estado de Roraima seja vacinado contra brucelose. Olhem como é o esquema: a pessoa tem que contratar um veterinário para que ele compre a vacina na loja, vá à propriedade aplicar a vacina e dar o atestado. Um produtor que tem cem cabeças de gado e vive daquele gado vai ter que levar o veterinário, no mínimo, 3 vezes ao ano para vacinar as bezerras que nascem porque é de 3 a 8 meses e será obrigatório, tendo uma perda de 500 reais por cabeça. Eu acho isso um absurdo, principalmente para o pequeno produtor. Eu gostaria que Vossa Excelência encabeçasse junto à governadora esse pleito, que é de fundamental importância. O pequeno produtor já vive com dificuldades e agora será aplicada mais essa necessidade. Eu entendo que temos que vacinar o nosso gado, mas o Estado tem a obrigação de facilitar a vida dessas pessoas que, com certeza, irão atravessar por essa dificuldade. Entendo que a vacina aftosa deva ser adiada, pelo menos, até o final de maio, porque, sem sombra de dúvidas, o nosso gado está muito fraco e irá dar um prejuízo maior ao produtor, e a brucelose, da forma como estão querendo aplicar, fica muito complicado.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** continua – É verdade, Deputado. Eu quero me comprometer com Vossa Excelência. Vamos fazer uma indicação nesse sentido à Governadora Sueli. Eu assino com Vossa Excelência e vou solicitar que ela interceda junto à ADEER para que a ADEER faça essa vacinação. Para isso precisamos da autorização da Governadora e eu me comprometo, se fizermos hoje essa indicação, na próxima terça-feira, tenho certeza que chega às mãos dela e pediremos para que ela estude o caso. Já houve também alguns pedidos de criadores, principalmente do Sul do Estado, daqueles pequenos, como Vossa Excelência retratou. Eles não têm condições de pagar, eles deixam de vacinar, isso é ruim não só para eles, mas para nós e para o Estado. Tenho certeza que o Estado tem como fazer um esforço junto ao Ministério da Agricultura para que essa vacina seja arcada pelo Estado de Roraima. Então, era isso o que gostaria de dizer, pedir aos demais colegas, ao Deputado Zé Galeto, que também é produtor, assim como ao Deputado Marcelo Cabral, para que nos juntemos para pedir para que o Ministério da Agricultura flexibilize esse prazo para que o rebanho do Estado de Roraima seja vacinado com sucesso, na sua grande maioria, na segunda etapa de vacinação, nem que para isso seja prorrogado por mais uns meses, pois acredito que isso não vá prejudicar o bom relacionamento referente aos técnicos que analisam essa situação da vacina. Quero desejar uma Feliz Páscoa a todos, que Deus ilumine a cada um de nós nesta comemoração tão importante. Obrigado!

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Não havendo mais nenhum orador inscrito para o Grande Expediente, passaremos para a Ordem do Dia, com discussão e votação, em turno único; Mensagem Governamental de Veto nº 061/15, com veto parcial ao Projeto de Lei nº 014/2015, que “autoriza a criação do Programa Estadual de Saúde Móvel do Coração e dá outras providências”, de autoria do Deputado Soldado Sampaio; Mensagem Governamental de Veto nº 062/15, com veto total ao Projeto de Lei nº 039/15, que “cria o Programa de Apoio Médico-Terapêutico e Educacional aos portadores de deficiência auditiva profunda, e dá outras providências”, de autoria da Deputada Lenir Rodrigues; Mensagem Governamental de Veto nº 063, de 24 de dezembro de 2015, com veto total ao Projeto de Lei nº 007/2015, que “dispõe sobre a adoção das cores oficiais na pintura de prédios públicos e dá outras providências”, de autoria do Deputado George Melo; Mensagem Governamental de Veto nº 002/16, de 10 de janeiro de 2016, com veto total ao Projeto de Lei nº 081/2015, que “dispõe sobre o Dia Estadual da Consciência Negra e dá outras providências”, de autoria dos Deputados Jalser Renier e Naldo da Loteria; e Mensagem Governamental de Veto nº 005/16, de 21 de janeiro de 2016, com veto total ao Projeto de Lei nº 031/2015, que “autoriza o Poder Executivo a criar, no âmbito da estrutura organizacional, o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Roraima – IATER, e dá outras providências”, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à verificação de quórum regimental para apreciação das matérias.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria**- Senhor Presidente, não há quórum qualificado para a apreciação das matérias, pois há apenas doze Deputados presentes no plenário.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Não havendo quórum qualificado para a votação dos vetos, transfiro as matérias da Ordem do Dia para a próxima Sessão.

Passaremos para o Expediente de Explicações Pessoais. Não havendo nenhum Deputado que deseje fazer uso deste Expediente e, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente Sessão e convoco outra para o dia 29 de março, à hora regimental.

Registraram presença, no painel, os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Gabriel Picanço, George Melo, Izaías Maia, Lenir Rodrigues, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Soldado Sampaio e Zé Galeto.**
 Ata Sucinta Aprovada em: 24/03/2016

O Poder **Legislativo**
trabalhando para **VOCÊ**

CAC
CENTRO DE APOIO ÀS CÂMARAS MUNICIPAIS

De mãos dadas com o legislativo municipal,
por uma gestão de qualidade

ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DE RORAIMA
Independente e mais perto de você